

## **AINDA ESTOU AQUI: MEMÓRIA E RESISTÊNCIA**

## **I'M STILL HERE: MEMORY AND RESISTANCE**

Henrique Roriz Aarestrup Alves<sup>1</sup>

Valdinei Caes<sup>2</sup>

### **RESUMO**

O escritor contemporâneo Marcelo Rubens Paiva tem contribuído para repensar a história recente do Brasil, marcada pela repressiva ditadura militar. Em *Ainda estou aqui* (2015), o autor revisita, sob um viés memorialístico, suas vivências durante o regime ditatorial. Em 2024, Walter Salles, dirigiu o longa homônimo e projetou para o mundo o nefasto regime militar que se abateu sobre o Brasil, violou direitos humanos, assassinou inocentes, aumentou a desigualdade social e desmantelou o processo democrático brasileiro. Foram vinte e um anos de repressão e silenciamento das vozes dissonantes, enquanto o discurso oficial pretendia combater o comunismo e preservar, de forma ilusória, a ordem, a segurança e o progresso. Este estudo tem como objetivo demonstrar em que medida o romance *Ainda estou aqui* se apresenta como uma obra de memória e resistência, além de investigar as razões pelas quais o autor identificou a necessidade de reexaminar suas memórias da ditadura e narrar suas lembranças cinquenta anos depois. Para a leitura e análise da obra, adotam-se os aportes teóricos de Jacques Le Goff (1990), para estudar as convergências entre história e memória; Maurice Halbwachs (1990), que investiga a interdependência entre a memória individual e a coletiva; e Paul Ricoeur (2007), com o intuito de refletir sobre a relação entre memória e esquecimento. *Ainda estou aqui* se constitui como uma narrativa de (re)existência simbólica, em que a dor pessoal é transformada em ato político e testemunho coletivo, reafirmando a literatura como espaço de memória, denúncia e resistência.

**Palavras-chave:** Ditadura, Memória, Autobiografia, Resistência.

### **ABSTRACT**

Contemporary writer Marcelo Rubens Paiva has contributed to rethinking Brazil's recent history, marked by a repressive military dictatorship. In *I'm Still Here* (2015), the author revisits his experiences during the dictatorial regime from a memoiristic perspective. In 2024, Walter Salles directed the feature film of the same name and showed the world the nefarious military regime that descended upon Brazil, violated

<sup>1</sup> Doutor em Letras pela PUC Minas. Professor Docente Adjunto da Universidade do Estado de Mato Grosso. Docente Permanente do Programa de Pós-graduação em Letras- PPGLetras, UNEMAT, Campus de Sinop. Membro do Grupo de Pesquisa "Estudos comparativos de Literatura: tendências identitárias, diálogos regionais e vias discursivas". E-mail: [henquieroriz@unemat.br](mailto:henquieroriz@unemat.br)

<sup>2</sup> Doutorando em Letras pelo Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, Campus de Sinop. Membro do Grupo de Pesquisa "Estudos comparativos de Literatura: tendências identitárias, diálogos regionais e vias discursivas". E-mail: [valdinei.caes@unemat.br](mailto:valdinei.caes@unemat.br)

human rights, murdered innocent people, increased social inequality, and dismantled the Brazilian democratic process. There were twenty-one years of repression and silencing of dissenting voices, while the official discourse claimed to combat communism and preserve, in an illusory way, order, security, and progress. This study aims to demonstrate the extent to which the novel *I'm Still Here* presents itself as a work of memory and resistance, as well as to investigate the reasons why the author identified the need to reexamine his memories of the dictatorship and narrate his recollections fifty years later. For the reading and analysis of the work, we adopt the theoretical contributions of Jacques Le Goff (1990), to study the convergences between history and memory; Maurice Halbwachs (1990), who investigates the interdependence between individual and collective memory; and Paul Ricoeur (2007), with the aim of reflecting on the relationship between memory and forgetting. *I'm Still Here* constitutes a narrative of symbolic (re)existence, in which personal pain is transformed into a political act and collective testimony, reaffirming literature as a space for memory, denunciation, and resistance.

**Keywords:** Dictatorship, memory, autobiography, resistance.

## Introdução

Regimes ditoriais deixaram manchas de sangue na história de muitos países em diferentes continentes. Na América do Sul não foi diferente. Países como o Brasil, o Chile e a Argentina, entre outros, sofreram as consequências de sangrentas repressões ditatoriais. Autocratas eleitos democraticamente, reconhecidos, muitas vezes, como a salvação para democracias arruinadas pela corrupção, movidos por ambição desmedida, intolerância, indiferença à alteridade e individualismo egocêntrico, subverteram ou tentaram subverter o processo democrático que os elegeu.

Sobre o paradoxal terreno das democracias, as sementes da ditadura, especialmente a partir de 2013, nutridas pela intolerância, pela hostilidade e pelo ódio, protegidas sob o manto ideológico e político da direita, voltaram a germinar em todo o mundo. No Brasil, não foi diferente, e seu maior expoente foi e continua sendo o ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, capitão reformado da reserva do Exército Brasileiro, desde 1988, por indisciplina e insubordinação a seus superiores.

O Excelentíssimo Senhor Ex-Presidente governou o país entre 2019 e 2022. Nesse período, a democracia sofreu perigosas e recorrentes ameaças, materializadas em frases como: “Só Deus me tira da cadeira presidencial” (Costa, 2021) e “As Forças

Armadas estão do nosso lado”<sup>3</sup>, proferidas por este senhor, eleito democraticamente. Esta narrativa, de caráter golpista em sua essência, levou milhares e milhares de manifestantes patriotas às ruas nas diferentes cidades brasileiras, entre 2021 e 2022, enquanto defendiam e repetiam o bordão “intervenção militar já!”<sup>4</sup>.

Essa expressão que, por sua vez, foi levantada constantemente em cartazes por manifestantes, divulgada em redes sociais por apoiadores e noticiada pelos diferentes jornais, ganhou a simpatia de muitos militares de alta patente em efetivo exercício. Entre eles destacam-se os generais Augusto Heleno Ribeiro Pereira e Walter Souza Braga Netto, adeptos, novamente, da ruptura com o processo democrático brasileiro. O ápice da invocação dos militares para tomarem o poder e romperem com a democracia foi o ataque simultâneo ao Congresso Nacional, ao Palácio do Planalto e ao Supremo Tribunal Federal, em 8 de janeiro de 2023. Esse foi o golpe mais contundente que a democracia recebeu desde o fim do regime ditatorial, em 1985.

O ataque aos três poderes, sem sombras de dúvidas, foi o golpe mais duro que a democracia brasileira recebeu recentemente. Não faltou vontade por parte dos patriotas e de muitos militares para uma nova ruptura com o processo democrático. O que faltou foi a mobilização e o interesse de forças econômicas e políticas, internas e externas, para apoiar a derrubada da democracia mais uma vez no país.

É assim que tendemos a pensar na morte de democracias: nas mãos de homens armados. Durante a Guerra Fria, golpes de Estado foram responsáveis por quase três em cada quatro colapsos democráticos. As democracias em países como Argentina, Brasil, Gana, Grécia, Guatemala, Nigéria, Paquistão, Peru, República Dominicana, Tailândia, Turquia e Uruguai morreram dessa maneira. Mais recentemente, golpes militares derrubaram o presidente egípcio Mohamed Morsi em 2013 e a primeira-ministra tailandesa Yingluck Shinawatra em 2014. Em todos esses casos, a democracia se desfez de maneira espetacular, através do poder e da coerção militares. Porém, há outra maneira de arruinar uma democracia. É menos dramática, mas igualmente destrutiva. Democracias podem morrer não nas mãos de generais, mas de líderes eleitos – presidentes ou

<sup>3</sup> Cf. TERRA. SP. *Marcha ‘em defesa da liberdade’ pede volta dos militares ao poder*. 10 jul. 2013. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/sp-marcha-em-defesa-da-liberdade-pede-volta-dos-militares-ao-poder.e5d130a67cacf310VgnVCM4000009bcceb0aRCRD.html>>. Acesso em: 27 out. 2025.

<sup>4</sup> Cf. TERRA. SP. *Marcha ‘em defesa da liberdade’ pede volta dos militares ao poder*. 10 jul. 2013. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/sp-marcha-em-defesa-da-liberdade-pede-volta-dos-militares-ao-poder.e5d130a67cacf310VgnVCM4000009bcceb0aRCRD.html>>. Acesso em: 27 out. 2025.

primeiros-ministros que subvertem o próprio processo que os levou ao poder. Alguns desses líderes desmantelam a democracia rapidamente, como fez Hitler na sequência do incêndio do Reichstag em 1933 na Alemanha. Com mais frequência, porém, as democracias decaem aos poucos, em etapas que mal chegam a ser visíveis (Levitsky; Ziblatt, 2018, p. 11).

Considerando esse contexto, o escritor contemporâneo, dramaturgo, jornalista e ativista político Marcelo Rubens Paiva reafirma seu compromisso com a democracia, ao destacar a necessidade de repensar a história recente do Brasil, marcada pela repressiva e violenta ditadura militar (1964–1985). Urge repensá-la, pois a democracia brasileira tem atravessado momentos turbulentos. Nesse sentido, a obra *Ainda estou aqui* (2015), entendida como um ato político de memória e resistência, contribui significativamente para essa reflexão.

### ***Ainda estou aqui: “Onde é aqui?”***

Marcelo Rubens Paiva tem mais de 20 obras publicadas. Entre elas, recentemente, ganhou destaque nacional e internacional o romance *Ainda estou aqui* (2015). Nesta obra, o autor revisita, sob um viés memorialístico, autobiográfico e ficcional, suas vivências durante o regime ditatorial. Walter Salles, nesse sentido, inspirado pelas páginas de *Ainda estou aqui*, dirigiu e lançou em 2024 o longa-metragem homônimo, projetando para o mundo o sofrimento da família Paiva, em decorrência deste nefasto regime que violou direitos humanos, destruiu famílias, aumentou a desigualdade social e desmantelou o processo democrático brasileiro.

O romance e o longa-metragem, na verdade, não projetaram para o mundo apenas o sofrimento da família Paiva, como “uma das muitas famílias vítimas de muitas ditaduras” (Paiva, 2015, p. 32), mas o Brasil, um país cujos militares prenderam arbitrariamente seus cidadãos, torturaram, mataram, esquartejaram e silenciaram as vozes dissonantes do regime ditatorial. “Na ditadura, torturaram freis, freiras, bispos, padres brasileiros e estrangeiros, velhos, bebês, grávidas, pais com filhos, mães amarradas diante de filhos, por uma causa torpe” (Paiva, 2015, p. 112). Eis a ditadura.

Muitos inocentes perderam a vida, enquanto os algozes da ditadura foram anistiados; contudo, “o crime foi contra a humanidade” (Paiva, 2015, p. 33). Nesse contexto, torna-se evidente que nada pode justificar o fim do processo democrático e o retorno ao regime ditatorial. Para reforçar esse entendimento, o narrador de *Ainda estou*

*aqui* recorre às suas lembranças e experiências da ditadura, reafirmando de forma categórica: “Ainda estou aqui”, carregando em sua memória as marcas profundas da ditadura.

O romance *Ainda estou aqui* é enigmático desde o seu título. O que, afinal, ele significa? E “onde é aqui?” Para responder às perguntas e compreender o teor desta narrativa, torna-se essencial levar em consideração, segundo o próprio autor, um conjunto de circunstâncias materializadas em três momentos específicos: 1) a Lei nº 9.140, de dezembro de 1995; 2) os protestos de junho de 2013; 3) o Alzheimer de Eunice Paiva.

Rubens Beyrodt de Paiva e Maria Lucrécia Eunice Facciolla Paiva, casal que, junto com cinco filhos: Vera Paiva, Maria Eliana Paiva, Ana Lúcia Paiva, Maria Beatriz Paiva e Marcelo Rubens Paiva, formavam a família Paiva, que vivenciou os horrores da ditadura e sofreu diretamente suas consequências. De acordo com Bianchin (2025), Rubens Paiva estava “filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), foi eleito deputado federal em outubro de 1962, aos 33 anos”, e “cassado em 1964” (Paiva, 2015, p. 90), ano em que teve início a ditadura militar no Brasil.

Com o golpe de 1964, o ex-deputado Rubens Paiva “se exilou na antiga Iugoslávia, hoje Sérvia, e depois na França. Voltou ao Brasil em 1965 e deixou São Paulo, rumo ao Rio de Janeiro, com sua família” (Herzog, 2025). A ditadura, enquanto isso, se fortalecia, prisões aconteciam arbitrariamente. Em “20 de janeiro de 1971. Meu pai apanhou por dois dias seguidos. Apanhou assim que chegou na 3<sup>a</sup> Zona Aérea, interrogado pelo próprio brigadeiro João Paulo Burnier. Apanhou no DOI-Codi, no quartel do I Exército (Paiva, 2015, p. 112). É preciso ressaltar que o verbo “apanhou”, neste caso, é utilizado como sinônimo de “foi torturado”. Em outras palavras, o ex-deputado foi conduzido até a 3<sup>a</sup> Zona Aérea e, nesse local, submetido à tortura. Assim como foi torturado no DOI-Codi e no quartel do I Exército. Submetido a um processo de tortura ininterrupto, sua morte tornou-se inevitável.

O doutor Amílcar Lobo:

Era daqueles que atestavam se o preso conseguiria ser mais torturado. Arrependido, confessou para a *Veja* que atendeu meu pai de madrugada. Em dois depoimentos prestados entre 1986 e 1987, afirmou ter sido chamado numa madrugada de janeiro de 1971 para atender um preso recolhido no DOI, que conseguiu apenas balbuciar, por duas vezes, o nome: Rubens Paiva. Com hemorragias internas,

numa poça de sangue, repetindo o nome. Praticamente morto. Ele soube no dia seguinte que o “paciente não resistiu” (Paiva, 2015, p. 158).

Isso significa que Rubens Beyrodt de Paiva, este cidadão, político e autêntico defensor do processo democrático, foi torturado incessantemente até a morte, fato ocorrido aproximadamente 48 horas após sua prisão. “Meu pai entrou no DOI-Codi em 20 de janeiro de 1971, morreu na noite do dia 21 de janeiro, foi levado na madrugada do dia 22, esquartejado, enquanto minha mãe e irmã eram interrogadas em separado” (Paiva, 2015, p. 153). A tortura é o sinal mais evidente do colapso da democracia.

A tortura é a ferramenta de um poder instável, autoritário, que precisa da violência limítrofe para se firmar, e uma aliança sádica entre facínoras, estadistas psicopatas, lideranças de regimes que se mantêm pelo terror e seus comandados. Não é ação de um grupo isolado. A tortura é patrocinada pelo Estado. A tortura é um regime, um Estado. Não é o agente fulano, o oficial sicrano, quem perde a mão. É a instituição e sua rede de comando hierárquica que torturaram. A nação que patrocina. O poder, emanado pelo povo ou não, suja as mãos (Paiva, 2015, p. 110).

Rubens Paiva acreditava na possibilidade de contornar a ditadura e contribuir para a construção de uma sociedade melhor para todos. O seu idealismo, no entanto, levou-o à morte, sobre uma poça de sangue, como vítima da violência do Estado e da necropolítica.

Idealista, ex-líder estudantil, achou que podia contribuir para mudar o Brasil. Nunca foi perdoado pela minha mãe. Foi eleito e cassado em 1964. Quando morreu, em 1971, por causa da política, vivíamos ainda numa casa alugada”. Em 1964, meu pai era deputado federal do PTB (Paiva, 2015, p. 89-90).

Acreditar neste ideal custou-lhe a vida, o que colocou sua família numa situação de fragilidade. Eunice Paiva, ainda que desolada com o fato ocorrido, jamais se esqueceu de que tinha cinco filhos sob sua responsabilidade e apenas “uma procuração do meu pai antiga, de 1964... Não podia sacar dinheiro do banco” (Paiva, 2015, p. 181). Depois do trágico desaparecimento do esposo, Eunice Paiva e os cinco filhos retornaram para São Paulo.

Nesta cidade, Eunice Paiva iniciou a faculdade de Direito na Universidade Mackenzie, a mesma instituição em que havia se formado, anos antes, em Letras. Tornou-se, em tempo recorde, uma exímia advogada. “Uma das poucas especialistas em

direito indígena, foi advogada da Fundação de Gilberto Gil, atuou no Brasil para Sting, que doava recursos aos caiapós; ele ligava para ela em casa, com um sotaque inglês inconfundível” (Paiva, 2015, p. 19). A família, apesar do sofrimento, gradativamente voltou a equilibrar-se financeiramente. Mas nada preencheu o vazio da perda. A ausência tornou-se uma marca que a família Paiva carrega na memória até os dias atuais.

Entre os anos de 1971 e 1995, Eunice não pôde se declarar viúva. Dezembro de 1995 foi, porém, um mês histórico. O Excelentíssimo Senhor Presidente Fernando Henrique Cardoso assinou a Lei nº 9.140/95, que reconheceu “como mortas as pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979”.

Esta Lei, em seu Anexo I, apresenta uma lista com os “nomes de pessoas desaparecidas (com a época de desaparecimento)”. A lista é composta por 136 nomes. Na posição de número 120 encontra-se o nome de “Rubens Beirodt Paiva, brasileiro, casado, nascido em 26 de setembro de 1929 em Santos-SP, filho de Jaime de Almeida Paiva e Aracy Beirodt Paiva”. O ano de seu desaparecimento também é confirmado: 1971.

23 de fevereiro de 1996. Centro velho de São Paulo. Calor. Sol. Não ia chover. Ela me fez vestir um dos ternos que eu tinha herdado dele e que estão comigo até hoje. Pegamos o metrô para descer na praça da Sé. Adorávamos andar de metrô. Caminhamos até o cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais — 1º Subdistrito da Sé. Os funcionários estavam assustados com a quantidade de fotógrafos e cinegrafistas. Era um momento sublime. Mal sabiam que se fazia história naquela repartição abafada. Um cordão da imprensa respeitou a nossa passagem. A escrevente substituta Cibeli da Silva Bortolotto nos entregou, com as mãos trêmulas e um sorriso forçado, o atestado: Certifico que, em 23 de fevereiro de 1996, foi feito o registro de óbito de Rubens Beyrodt Paiva. Profissão, engenheiro civil. Estado civil, casado. Natural de Santos, neste Estado. Nascido em 26 de dezembro de 1929. Observações: Registro de Óbito lavrado nos termos do Artigo 3º da Lei 9.140 de 4 de dezembro de 1995 (Paiva, 2015, p. 32).

Marcelo Rubens Paiva, depois de 25 anos do desaparecimento e da morte de seu pai, pode acompanhar sua mãe, Eunice Paiva, até o “cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais — 1º Subdistrito da Sé” para “proceder ao reconhecimento de pessoas desaparecidas” e retirar a certidão de óbito de Rubens Beyrodt Paiva, pai e esposo.

Uma data inquestionavelmente marcante. “Um momento sublime”. Com o registro em mãos, ausentaram-se lentamente da presença da escrevente de “mãos trêmulas e sorriso forçado” e saíram do cartório. No lado externo do edifício havia uma multidão à espera. Neste instante, Marcelo Rubens Paiva tomou certa distância de sua mãe e cedeu-lhe espaço para que pudesse levantar livre e enfaticamente:

o atestado de óbito para a imprensa, como um troféu. Foi naquele momento que descobri: ali estava a verdadeira heroína da família; sobre ela que nós, escritores, deveríamos escrever. Minha mãe esteve na capa de todos os jornais no dia seguinte. Com o atestado de óbito erguido, alegre. Uma batalha foi vencida. V de vitória. Ela nunca faria uma cara triste (Paiva, 2015, p. 32).

Ao erguer a certidão de óbito diante da multidão e fazer o “V de vitória”, Eunice Paiva expressou, num gesto carregado de alegria e sofrimento, após anos de espera, a mais contundente declaração simbólica: “Ainda estou aqui”. Esta circunstância trouxe à tona, pela primeira vez, aquilo que mais tarde se tornaria o título homônimo de um romance. Marcelo Rubens Paiva observava silenciosamente o gesto daquela heroína, enquanto olhava para a multidão de jornalistas e cinegrafistas.

Outra ocasião que Marcelo Rubens Paiva ressalta ter sido muito importante, à luz dos fatos, para que o romance *Ainda estou aqui* viesse à tona, foram os protestos de junho de 2013, motivados pelo aumento de 20 centavos nas passagens de ônibus em São Paulo. Por meio das redes sociais a sociedade civil se mobilizou rapidamente e multidões foram às ruas compartilhando da indignação do “paulistano Diego Soares Thiago”, a fim de dizer que não concordavam com o aumento das passagens de ônibus e as condições precárias em que os serviços eram prestados na capital.

[Diego Soares Thiago], morador da Zona Leste de São Paulo, [...] levava duas horas para chegar ao trabalho de ônibus, no centro da capital. Quando soube que a passagem ia aumentar de R\$ 3 para R\$ 3,20, decidiu ir para as ruas. Ele já reprovava a qualidade do transporte e, por isso, tinha ingressado no Movimento Passe Livre (MPL), grupo que protagonizou o início das manifestações em 2013 (Laporta, 2018).

A população menos favorecida apresentava-se insatisfeita com o governo do Estado de São Paulo. A insatisfação ganhou força e muitos adeptos rapidamente. O governo federal não foi poupado. Embora os indicadores econômicos fossem bons e a taxa de emprego estivesse em alta, havia descrença nesses indicadores, pois a população não conseguia perceber os reflexos positivos da saúde financeira do país na qualidade

Revista de Letras Norte@mentos 93

dos serviços públicos prestados pelo governo. As manifestações foram inevitáveis e os confrontos entre os manifestantes e a polícia acirrados.

As manifestações de 2013 abriram um momento de profunda crise, ocorrendo desde então grandes mudanças na coalizão de poder nacional. Atores de diferentes setores se reorganizaram na ação política, formando alianças em distintos espaços para confrontar os governos locais e federal. Em meio à multiplicidade que ocupava as ruas naquele momento, já estavam presentes os intervencionistas (Freitas, 2023, p. 45).

Algumas vozes começaram a se levantar, neste momento, pedindo intervenção militar no Governo Federal. O “militar da reserva Emílio Alarcon”<sup>5</sup> foi uma dessas vozes responsáveis pela propagação de frases como: “Socorro forças armas”<sup>6</sup>, “Intervenção militar já!! O Brasil exige ordem e progresso”<sup>7</sup>, que se tornaram cada vez mais frequentes, a partir de 2013, por meio das redes sociais em todo o país.

A paradoxal manifestação: *SP: marcha ‘em defesa da liberdade’ pede volta dos militares ao poder* foi organizada pelo Facebook. No entendimento dos organizadores do evento, para defender a liberdade no país, seria necessária a intervenção militar no poder. Não há nada mais contraditório do que isso. Ditadura e liberdade não coexistem. Os organizadores e a multidão que aderiram a esta *marcha* estavam, em tese, em consonância com a ditadura no Brasil e suas práticas violentas e arbitrárias. De acordo com Verônica Tavares de Freitas (2023, p. 46), o objetivo dessas manifestações consistia em “apresentar para a população que os militares seriam o melhor para a gestão nacional”. Com os militares no poder, durante vinte e um anos, não houve liberdade, houve repressão e violência. No entanto, é evidente que o melhor para o país é a democracia.

Segundo o professor, pesquisador e cientista político Jairo Nicolau, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2018, p. 6), “para nós brasileiros, essa é

<sup>5</sup> Cf. G1. GLOBO. *Trio faz protesto na Esplanada e pede intervenção militar no Brasil*. Disponível em: <<https://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2013/11/trio-faz-protesto-na-esplanada-e-pede-intervencao-militar-no-brasil.html>>. Acesso em: 27 out. 2025.

<sup>6</sup> Cf. TERRA. *SP. Marcha ‘em defesa da liberdade’ pede volta dos militares ao poder*. 10 jul. 2013. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/sp-marcha-em-defesa-da-liberdade-pede-volta-dos-militares-ao-poder.e5d130a67cacf310VgnVCM4000009bcceb0aRCRD.html>>. Acesso em: 27 out. 2025.

<sup>7</sup> Cf. G1. GLOBO. *Trio faz protesto na Esplanada e pede intervenção militar no Brasil*. Disponível em: <<https://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2013/11/trio-faz-protesto-na-esplanada-e-pede-intervencao-militar-no-brasil.html>>. Acesso em: 27 out. 2025.

uma questão histórica que voltou a ser muito presente de 2013 para cá, período em que temos vivido com a sensação permanente de que algumas coisas estão fora de lugar no nosso sistema político". Nesse contexto de insegurança e instabilidade democrática, Marcelo Rubens Paiva viu a necessidade de reiterar pela segunda vez: *Ainda estou aqui*, porque não havia nada que justificasse o retorno do país a esta “merda de ditadura” (Paiva, 2015, p. 89). Ele não poderia manter-se calado diante de civis e militares que pediam a volta de um regime sangrento no país.

De um lado, *Ainda estou aqui* coloca em evidência uma parte sombria da história recente do Brasil, à luz da ditadura, marcada por repressão, violência, prisões, torturas, sofrimento, angústia, ódio, lágrimas, revolta, injustiça, mortes, incertezas e impunidade; de outro lado, fala de esperança, família, amor, alegria, amizade, carinho, felicidade, verdade, justiça e cuidado, especialmente no que se refere à “mãe-protocolo”, heroína da família, acometida pelo Alzheimer nos últimos anos de sua vida. O romance é emocionante do início ao fim. Na contracapa, o azul mistura-se ao branco de algumas palavras que se transformam em uma irretocável homenagem à Eunice Paiva.

Eunice Paiva é uma mulher de muitas vidas. Casada com o deputado Rubens Beyrodt Paiva, esteve ao seu lado quando foi cassado e exilado, em 1964. Mãe de cinco filhos, viu-se obrigada a criá-los sozinha quando, em janeiro de 1971, Rubens Paiva foi preso por agentes da ditadura, a seguir torturado e morto. Em meio à dor e às incertezas, ela se reinventou. Voltou a estudar, tornou-se advogada, defensora dos direitos indígenas. Nunca chorou na frente das câmeras. “Foi a minha mãe quem ditou o tom, ela quem nos ensinou” [...] sobre o passado, as perdas e a volta por cima. Ao falar de Eunice, e de sua última luta, desta vez contra o Alzheimer, ele fala também da memória, da infância e do filho. E mergulha num momento sombrio da história recente brasileira para contar – e tentar entender – o que de fato ocorreu com Rubens Paiva, seu pai, naquele janeiro de 1971 (Paiva, 2015, p. 298).

O terceiro momento decisivo para a escrita de *Ainda estou aqui* foi a figura de Eunice Paiva. Marcelo Rubens Paiva, ao longo de sua trajetória pessoal e profissional, percebeu que não tinha feito nenhuma homenagem à altura de sua mãe, essa mulher que ficou viúva sem poder se declarar viúva, ao lado de cinco filhos; essa mulher que foi “mãe-pai”; essa mulher que “fez vestibular para a faculdade de direito em 1972 e passou” (Paiva, 2015, p. 180) e continuou a estudar; essa mulher que depois da complexa e controversa fase do luto “começou a trabalhar”; essa mulher que se tornou

uma “autoridade em direito indígena” (Paiva, 2015, p. 210) e “passou a atender e a representar nações indígenas que tinham suas terras demarcadas não respeitadas” (Paiva, 2015, p. 149). Eunice Paiva, é essa mulher irreverente e inspiradora, que Marcelo Paiva homenageia em *Ainda estou aqui*.

Afetada pelo Alzheimer, a mãe e renomada advogada, defensora de toda a família e amigos, assim como defensora dos “mais fracos”, sem condições de cuidar de si, encontrava-se sob os cuidados dos filhos, porque a natureza, juíza suprema, havia condenado a heroína da família ao Alzheimer:

Desde então, minha mãe nunca mais ficaria sozinha. O jogo tinha se invertido naquele instante. Em 30 de janeiro de 2008, naquela tarde abafada, na forma da lei no Foro Central Cível na praça João Mendes, s/nº, 4º andar, sala 426 do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, primeiro provisoriamente e depois definitivamente, aquela que cuidou de mim por quarenta e oito anos seria cuidada por mim. O referido é verdade e dou fé. Eu virava mãe da minha mãe. E não choveu (Paiva, 2015, p. 29).

Reverter esta sentença condenatória não seria possível, o veredito era definitivo, não caberia recursos. Nessa condição,

sob uma enchente de imagens, sinapses, comandos, lembranças, que inundariam seu cérebro, fariam do conhecido, desconhecido, resultariam numa só pergunta: — O que estou fazendo aqui? Ou melhor: — O que é mesmo que vim fazer aqui? E talvez: — Onde é aqui? Como não encontraria a resposta, já que a tempestade cerebral impediria a clareza dos pensamentos, ela diria a frase que marcou a parte inicial do Alzheimer: — Quero ir embora. Ou: — Quero ir pra casa. Às vezes sorridente. Às vezes furiosa. Sempre surpreendente (Paiva, 2015, p. 19).

Para uma pessoa acometida pelo Alzheimer o “aqui” vai muito além de um espaço físico. É o território da memória e da não memória. É o espaço da revolta e da resignação, da lembrança e do esquecimento, da justiça e da injustiça, da existência e da resistência. Em suma, “aqui” é onde a vida acontece no seio das contradições.

### ***Ainda estou aqui: memória e resistência***

Marcelo Rubens Paiva, em 2017, durante uma palestra sobre o romance *Ainda estou aqui* para estudantes do curso de Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie, local em que seu pai, Rubens Paiva, formou-se em Engenharia Civil e sua mãe, Eunice Paiva, formou-se em Letras e Direito, foi questionado pela plateia, segundo Nathália

Taise Mendes (2024), se *Ainda estou aqui* era uma obra sobre a ditadura. O autor, na ocasião, respondeu que seu livro não era sobre a ditadura, mas sim uma obra sobre memória.

Mas, o que é, afinal, a memória? Qual é a sua origem? Decifrar o que é a memória e determinar sua origem não é uma tarefa simples. Ciente da complexidade, Paiva (2015, p. 18) afirma que a “memória é uma mágica não desvendada. Um truque da vida”. Este truque, por sua vez, é inerente à natureza humana. Isso possibilita que as primeiras lembranças, a partir dos três ou quatro anos, sejam guardadas para o resto da vida, “e a cada ano que passa virão mais lembranças que serão guardadas” (Paiva, 2015, p. 16). As lembranças serão duradouras, desde que a memória não seja acometida pelo Alzheimer, esse severo “transtorno neurodegenerativo progressivo [...] que se manifesta pela deterioração cognitiva e da memória” (Brasil, 2025).

Maurice Halbwachs (1990, p. 39), em sua obra *Memória coletiva*, de certa forma, corrobora com Paiva, ao reiterar:

Frequentemente, consideramos a memória como uma faculdade propriamente individual, isto é, que aparece numa consciência reduzida a seus próprios recursos, isolada de outros, e capaz de evocar, quer por vontade, quer por oportunidade, os estados pelos quais ela passou antes.

Halbwachs (1990), sem dúvidas, foi extremamente assertivo ao declarar que a memória é uma “faculdade propriamente individual”, capaz de evocar “os estados pelos quais ela passou antes”. Tudo está lá. Aliás, tudo o que não foi esquecido, encontra-se na memória, o “lugar mais íntimo, que não é lugar” (Agostinho, 1980, p. 218), porque é uma faculdade. O entendimento de Halbwachs (1990) e Paiva (2015) sobre a memória é convergente, pois ambos os autores reconhecem que a memória é aquilo que torna acessível ao indivíduo suas lembranças.

Jacques Le Goff (1990, p. 368) reconhece “a memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas”, o que complementa o entendimento de Halbwachs (1990) e Paiva (2015) a respeito da memória.

Marcelo Rubens Paiva, em *Ainda estou aqui*, evoca “os estados pelos quais [...] passou antes” e observa uma sucessão de fatos catastróficos após o desaparecimento de seu pai. Na verdade,

... Uma tragédia. Meu pai desapareceu em 1971, no mesmo ano em que morreu meu tio mais velho, Carlos. Meu avô morreu dois anos depois. De enfarto. De tristeza. Logo depois, outro tio morreu num acidente de carro na estrada que ligava a fazenda a São Paulo. Um terremoto abriu uma fenda. O sentido de tudo se modificou. Nos perguntamos o que alimentou uma vingança tão caprichada e cruel. O que fez os deuses da felicidade se voltarem contra nós. Morreu uma prima, a mais animada, que não tinha nem dezoito anos, de uma doença misteriosa. Depois outro primo, um menino lindo, num acidente de moto em Santos (Paiva, 2015, p. 55-56).

Diante desta realidade, o narrador autodiegético (Genette, 1995) de *Ainda estou aqui*, ao retroceder rumo à sua “infância, com o sentimento de que as coisas se passaram numa outra época” (Ricoeur, 2007, p. 108), julga-se no direito de se questionar e de questionar os motivos pelos quais seu pai hesitou em deixar o país com a sua família durante o período da ditadura.

Não sei o que se passava pela cabeça do meu pai. Ele sabia que o cerco apertava. [...] O sensato seria nos mudarmos para Londres ou Paris. Minha irmã Vera passava férias em Londres. Deveríamos ter ficado dois ou três anos por lá, como fez o Gasparian. Meu pai perdeu o timing. Onipotência e teimosia que minha mãe nunca perdoou. Queria lutar quixotescamente numa guerra já perdida. Arriscou a família. Tinha cinco crianças. E tenho certeza de que, destroçado pela tortura, deve ter pensado nisso. Sabendo que minha mãe e a minha irmã Eliana estavam nas mesmas dependências do DOI-Codi em 21 de janeiro de 1971, de capuz, prontas para os torturadores caírem em cima, sabendo que minha mãe e minha irmã não tinham a menor ideia do que faziam ali, ele deve ter sofrido, ele, o irredutível inconformado, que não soube tomar as precauções devidas. Inimaginável o seu sofrimento. Talvez a dor da tortura não chegasse aos pés da descoberta de que tomou decisões erradas, arriscou a vida da mulher e dos filhos, crianças ainda. Deve ter sido a sua derradeira tortura (Paiva, 2015, p. 82-83).

O narrador evidencia que a verdadeira tortura que Rubens Beyrodt de Paiva sofreu não foi a tortura física, mas a psicológica. O desejo ingênuo de “fazer um Brasil muito bonito e para todo mundo viver bem” (Paiva, 2015, p. 102), em meio a um regime ditatorial violento, colocou-o naquela situação degradante, tanto física quanto psicologicamente. O sofrimento proveniente da descoberta de que havia tomado

“decisões erradas” e, por isso, colocado toda a sua família em risco, sabendo que sua esposa e seus filhos poderiam ser torturados, transcendia quaisquer sofrimentos físicos.

Em sua consciência, questionava-se:

O que eu fiz? Por quê? Onde você estava com a cabeça? Agora não dá para voltar atrás. Agora não dá para fazer nada. Agora não dá para evitar a dor. Agora não dá para salvar minha família. Agora não dá para fugir da morte. Eu vou morrer, sinto que vou, espero que me perdoem” (Paiva, 2015, p. 83).

Eis a verdadeira tortura, o sofrimento extremo diante da impotência da consciência da morte iminente. Este foi “o dia em que me vi todo nu, sob as repreensões da consciência” (Agostinho, 1980, p. 90). Sob essas circunstâncias, não havia o que fazer a não ser reconhecer: “não tenho palavras... perdão” (Paiva, 2015, p. 83). Rubens Beyrodt de Paiva morreu na esperança de que sua família o perdoasse pelo sofrimento que suas “decisões erradas” acarretaram a todos.

Quarenta anos depois, essas indagações se tornaram possíveis porque o narrador, agora adulto, revisita seu “lugar mais íntimo”, sua memória, e nela se depara com as lembranças de sua infância. Para Paul Ricoeur (2007, p. 107),

Ao se lembrar de algo, alguém se lembra de si [...]. A memória parece de fato ser radicalmente singular: minhas lembranças não são as suas. Não se pode transferir as lembranças de um para a memória do outro. Enquanto minha, a memória é um modelo de minhadade, de possessão privada, para todos as experiências vivenciadas pelo sujeito.

Nesse sentido, *Ainda estou aqui* legitima-se como uma obra sobre memória, isto é, as lembranças das “experiências vivenciadas” pelo narrador no contexto da ditadura militar, marcadas por uma sucessão de acontecimentos trágicos. Este é o momento em que o narrador atualiza suas “impressões passadas” e percebe que seu pai, Rubens Paiva, “queria lutar quixoticamente numa guerra já perdida. Arriscou a família” em nome de seus ideais, conforme relatado para seus filhos, de forma muito didática.

Verinha, Cuchimbas, Lambancinha, Cacazão e Babiú. [...] Vocês sabem que o velho pai não é mais deputado? E sabem por quê? É que no nosso país existe uma porção de gente muito rica que finge que não sabe que existe uma porção de gente muito pobre, que não pode levar as crianças na escola, que não tem dinheiro para comer direito e às vezes quer trabalhar e não tem emprego. O papai sabia disso tudo e quando foi ser deputado começou a trabalhar para reformar nosso país e melhorar a vida dessa gente pobre. Aí veio uma porção daqueles muito ricos, que tinham medo que os outros pudessem melhorar de

vida e começaram a dizer uma porção de mentiras. Disseram que nós queríamos roubar o que eles tinham: é mentira! Disseram que nós somos comunistas e que queremos vender o Brasil: é mentira! Eles disseram tanta mentira que teve gente que acreditou. Eles se juntaram - o nome deles é gorila - e fizeram essa confusão toda, prenderam muita gente, tiraram o papai e os amigos dele da Câmara e do governo e agora querem dividir tudo o que o nosso país tem de bom entre eles que já são muito ricos. Mas a maioria é de gente pobre, que não quer saber dos gorilas, e mais tarde vai mandar eles embora, e a gente volta para fazer um Brasil muito bonito e para todo mundo viver bem. Vocês vão ver que o papai tinha razão e vão ficar satisfeitos do que ele fez (Paiva, 2015, p. 101-102).

A memória não é apenas o “lugar mais íntimo” do indivíduo onde as lembranças são registradas “para o resto da vida”. Aliás, a natureza humana não nos concede essa garantia, pois ela é simultaneamente generosa e paradoxal. É generosa porque concede para cada indivíduo, de forma singular, a memória enquanto uma “faculdade propriamente individual”; é paradoxal porque permite que as lembranças sejam apagadas da memória com o tempo. Quando isso acontece, a memória coletiva também sofre perdas. Para Halbwachs (1990, p. 34) existe uma interdependência entre a memória individual e a coletiva.

Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios (Halbwachs, 1990, p. 34).

A memória coletiva envolve as memórias individuais. *Ainda estou aqui* representa o “ponto de vista” de uma memória individual, alguém que vivenciou a ditadura e, a partir de 2013, observou que essa mácula na memória coletiva estava caindo no esquecimento e que o presente estava prestes a repetir os erros do passado. O esquecimento, no interior do corpo social, é exercido “alternativamente em detrimento e em vantagem de cada um dos grupos” (Halbwachs, 1990, p. 20) envolvidos em determinado acontecimento, neste caso, a ditadura militar. Entre os grupos daqueles que se beneficiaram com o esquecimento do passado, encontram-se os algozes e torturadores da ditadura.

Como a tortura foi “patrocinada pelo Estado” (Paiva, 2015, p. 85), o próprio Estado teria interesse em anistiar aqueles que implementaram a denominada “autêntica revolução”, supostamente para combater o comunismo, que nunca existiu no país; para garantir a segurança, embora matassem inocentes; e para promover o progresso

econômico, enquanto lançavam o país no fosso da dívida pública e da desigualdade social.

A “operação Anistia”, que começou na posse do Figueiredo para abafar os movimentos sociais e propor uma Lei de Anistia que anistiasse os torturadores, recebeu retoques finais em 1979: a aprovação do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. O CDDPH passou a atuar em violações presentes de direitos humanos, tentando eliminar novos abusos, que implicaria “esquecer o passado” com o arquivamento de processos sobre tortura e desaparecimentos, dentre eles o caso do meu pai. A reação dos familiares foi imediata (Paiva, 2015, p. 144).

A Anistia, neste caso, apresentava-se como um recurso político e jurídico do Estado para perdoar “os torturadores”, aqueles agiram de forma violenta em nome do Estado. Além disso, esta manobra política se tratava de um instrumento legal para forçar a memória coletiva a deixar no passado as torturas e os desaparecimentos, sob o pretexto de que o *Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana* empenhar-se-ia para prevenir futuros abusos do poder por parte do Estado, no que se refere a crimes contra a humanidade.

Quando o passado subsiste na memória coletiva, o presente e o futuro se conectam. Le Goff (1990, p. 411), sob este aspecto, enfatiza que a memória é “onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens”. *Ainda estou aqui* é uma memória individual, “um ponto de vista sobre a memória coletiva” (Halbwachs, 1990, p. 34) que “procura salvar o passado para servir o presente e o futuro”, na medida em que contribui para a libertação do corpo social das amarras da ignorância e do esquecimento.

O passado é objeto de disputa, onde diversos atores expressam e silenciam, destacam e ocultam diferentes elementos para construir sua própria narrativa. O que encontramos é uma luta pela memória, uma luta social e política na qual se resolvem questões de poder institucional, simbólico e social (Jelin, 2013, p. 143, tradução nossa).

O passado, como se pode observar, não é um lugar neutro; antes de tudo, trata-se de um espaço de contradições e disputas pela memória. De acordo com Alfredo Bosi (1992, p. 343), nesse sentido, o romance memorialístico torna-se importante, pois auxilia na compreensão das “contradições de nossa formação social”. *Ainda estou aqui* apresenta-se como uma “narrativa autobiográfica, em primeira pessoa, de viés

memorialístico” (Rocha, 2021, p. 15), em que “o narrador-autor dialoga com suas lembranças” (Rocha, 2021, p. 9) para expor as contradições na disputa pela memória referente ao período da ditadura e resistir ao esquecimento.

A narrativa de caráter autobiográfico se constitui na medida em que “o narrador retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência. E incorpora as coisas narradas à experiência dos seus ouvintes” (Benjamin, 1994, p. 201). O narrador de *Ainda estou aqui* faz exatamente este movimento, revisita a “sua própria experiência”, atualiza as informações e tenta incorporá-las “à experiência dos seus ouvintes”, sobretudo, daqueles que passaram a pedir o retorno à ditadura a partir de 2013.

### Considerações finais

O dia 25 de novembro de 2025, uma terça-feira, transformou-se numa data importantíssima para a democracia brasileira. O ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes, determinou que o ex-presidente Jair Messias Bolsonaro começasse a cumprir a pena de 27 anos e 3 meses de prisão. Na mesma ocasião, também foram condenados o almirante Almir Garnier e os generais “Augusto Heleno, Paulo Sérgio Nogueira e Braga Netto” (Marzullo, 2025), entre outros golpistas. Os réus foram condenados pelos seguintes crimes contra o Estado: “organização criminosa armada, tentativa de abolição violenta do Estado democrático de direito, golpe de Estado, dano qualificado pela violência e grave ameaça e deterioração de patrimônio tombado” (Craide, 2025). Essas prisões demonstraram a superioridade das instituições e da democracia sobre a ditadura.

Não obstante, a cepa da árvore da ditadura ainda está frondosa nesta Pátria. Suas sementes foram lançadas no fértil solo brasileiro e cultivadas por vinte e um anos, regadas com o sangue de todos aqueles e aquelas que se manifestaram contra essas “sementes do mal”. Suas raízes são profundas na história recente da democracia, seus galhos ainda brotam robustos e seus frutos permanecem amargos.

É preciso, portanto, apressar-se em arrancar-lhe as raízes e cortar-lhe os galhos, a fim de que parem de florescer e, consequentemente, produzir os frutos da repressão, da intolerância, do ódio, da mentira, da violência, da exploração, da pobreza, da miséria, da dor, do sofrimento e da exclusão social. *Ainda estou aqui* e as referidas prisões, apresentam-se, diante dessa necessidade, como fortes, importantes e assertivos golpes

no caule desta árvore que ainda resiste e compromete a estabilidade da jovem democracia brasileira.

O regime ditatorial não produziu absolutamente nada de útil para o país. Os militares demonstraram, em mais de vinte anos de ditadura, sua ineficiência para assegurar a ordem e incapacidade para manter a segurança da nação. Romperam com a democracia, agiram de forma extremamente violenta, transgrediram os direitos humanos, torturaram, mataram e desapareceram com muitos corpos. Aliás, “mataram deliberadamente” (Paiva, 2015, p. 205) muitos inocentes.

*Ainda estou aqui* se configura como uma obra de memória e resistência, uma voz que clama incansavelmente por justiça após mais de meio século de espera, uma voz que acredita na democracia e que luta para que a dignidade da pessoa humana prevaleça, porque insiste no reconhecimento de que “vale a pena lutar por mudanças e é possível caminhar no sentido de reconhecimento e conquista de direitos” (Alves; Pellizari, p. 2025, p. 18).

Rubens Beyrodt de Paiva, em meio à tortura, morreu repetindo: “Meu nome é Rubens Paiva, meu nome é Rubens Paiva” (Paiva, 2015, p. 83). Esta foi à sua maneira de dizer *Ainda estou aqui*, lutar e resistir à ditadura. Essa voz silenciada pela violência arbitrária da ditadura, em meio a uma poça de sangue, continua a reverberar na memória coletiva porque representa a morte de tantos outros brasileiros inocentes que sofreram as mesmas dores e perdas. Desse modo, na medida em que se supera, de acordo com Paul Ricoeur (2007, p. 300), o esquecimento, “emblema de quão vulnerável é nossa condição histórica”, se avança na esperança de um país mais justo, consciente e igualitário.

## Referências

- AGOSTINHO, Santo. *Confissões; De magistro (Do mestre)*. 2. ed. Trad. J. Oliveira Santos, A. Ambrósio de Pina e Ângelo Ricci. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- ALVES, Henrique Roriz Aarestrup; PELLIZARI, Kelly. *Trabalho análogo ao de escravo e resistência no romance Torto Arado, de Itamar Vieira Júnior*. Revista Direitos, Trabalho e Política Social, Cuiabá, v. 11, n. 20, Dossiê, p. 1–19, jan./jun. 2025.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*: ensaios sobre literatura e história da cultura. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BIANCHIN, Victor. *Por que Rubens Paiva ficou “marcado” pela ditadura?* Galileu, 01 mar. 2025. Disponível em:

<https://revistagalileu.globo.com/cultura/noticia/2025/03/por-que-rubens-paiva-ficou-marcado-pela-ditadura.ghtml>. Acesso em: 21 out. 2025.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BRASIL. *Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964*. Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais, com modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução vitoriosa. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 abr. 1964. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ait/ait-01-64.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm). Acesso em: 19/09/25.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. *Servidor Público Federal*: Jair Messias Bolsonaro. Portal da Transparência. Disponível em:

<https://portaldatransparencia.gov.br/servidores/2883039>. Acesso em: 2 nov. 2025.

BRASIL. *Lei nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995*. Reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9140compilada.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9140compilada.htm). Acesso em: 17 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Alzheimer*. Portal Gov.br, 2025. Disponível em:

<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/a/alzheimer>. Acesso em: 2 nov. 2025.

COSTA, Anna Gabriela. ‘Só Deus me tira da cadeira presidencial’, diz Bolsonaro sobre impeachment. Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/so-deus-me-tira-da-cadeira-presidencial-diz-bolsonaro-sobre-impeachment/>. Acesso em: 19/10/2025.

CRAIDE, Sabrina. AGÊNCIA BRASIL. *Saiba os crimes cometidos por Bolsonaro e 6 aliados na trama golpista*. Agência Brasil, Brasília, 25 nov. 2025. Disponível em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2025-11/saiba-os-crimes-cometidos-por-bolsonaro-e-6-aliados-na-trama-golpista>. Acesso em: 1 dez. 2025.

DAZA, Paulina. ‘Buscamos una voz que nos reciba. Narrativas chilenas recientes’: lecturas cómplices. ARBOR Ciencia, Pensamiento y Cultura, Madrid, v. 190-769, p. 1-13, sep./oct. 2014, a162. Disponível em:

<https://arbor.revistas.csic.es/index.php/arbor/article/view/1964>. Acesso em: 05/11/2025.

EAGLETON, Terry. *Teoria da literatura*: uma introdução. 6. ed. Trad. Waltensir Dutra. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

ECO, Umberto. *Seis passeios pelos bosques da ficção*. Trad. Hildegard Feist. 9. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

ESTILLAC, Bernardo. *Aumento de 20 centavos marcou o início dos protestos de junho de 2013*. Disponível em:

[https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2023/06/11/interna\\_politica,1505486/aume](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2023/06/11/interna_politica,1505486/aume)

[nto-de-20-centavos-marcou-o-inicio-dos-protestos-de-junho-de-2013.shtml](#). Acesso em: 17/09/2025.

FREITAS, Veronica Tavares de. *Os protestos de junho de 2013 e a retomada dos pedidos de intervenção militar no Brasil.* (SYN)THESIS, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, 2024. DOI: 10.12957/synthesis.2023.83511. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/synthesis/article/view/83511>. Acesso em: 27 out. 2025.

G1. GLOBO. *Trio faz protesto na Esplanada e pede intervenção militar no Brasil.* Disponível em: <https://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2013/11/trio-faz-protesto-na-esplanada-e-pe-de-intervencao-militar-no-brasil.html>. Acesso em: 27 out. 2025.

GENETTE, Gérard. *O discurso da narrativa.* Trad. Fernando Cabral Martins. Lisboa: Vega, 1995.

GUIA DO ESTUDANTE. *Ditadura militar:* Manifestantes pedem a volta dos militares. *Guia do Estudante.* Disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/curso-enem/ditadura-militar-manifestantes-pedem-a-volta-dos-militares/>. Acesso em: 10/9/2025.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva.* 2. ed. Trad. Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990.

HELLER, Eva. *A psicologia das cores:* como as cores afetam a emoção e a razão. Trad. Maria Lúcia Lopes da Silva. 1. ed. São Paulo: Gustavo Gili, 2013.

HERZOG, Clarice. Instituto Vladimir Herzog. Memórias da Ditadura. *Rubens Beirodt Paiva.* Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/personagens/rubens-beirodt-paiva/>. Acesso em: 2 nov. 2025.

JELIN, Elizabeth. *Memoria y democracia:* una relación incierta. *Política: Revista de Ciencia Política*, Santiago de Chile, v. 51, n. 2, p. 129–144, 2013. Disponível em: <https://perio.unlp.edu.ar/catedras/wp-content/uploads/sites/152/2020/08/5-Jelin-Memoria-y-democracia-Una-relaci%C3%B3n-incierta.pdf>. Acesso em: 9 nov. 2025.

LAPORTA, Taís. *Protestos dos ‘20 centavos’ revelaram descrença com o avanço da economia; veja o que mudou até agora.* G1 – Economia, 12 jun. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/protestos-dos-20-centavos-revelaram-descrença-com-o-avanço-da-economia-veja-o-que-mudou-ate-agora.ghtml>. Acesso em: 27 out. 2025.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem.* Tradução: Renato Aguiar. Prefácio: Jairo Nicolau. São Paulo: Zahar, 2018.

MARZULLO, Luísa. *Múcio diz que prisão de Bolsonaro e generais pela trama golpista encerra um ciclo; instituições foram preservadas.* O Globo, Rio de Janeiro, 25 nov. 2025. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2025/11/25/mucio-diz-que-prisao-de-bolsonar>

[o-e-generais-pela-trama-golpista-encerra-um-ciclo-instituicoes-foram-preservadas.htm](#)  
l. Acesso em: 1 dez. 2025.

MENDES, Nathália Taise de Camargo. *Ainda estou aqui*: a memória de um filho que sofreu as marcas da ditadura. Revista Mackenzie, São Paulo, v. 16, n. 26, p. 303–324, 2024. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=9949410>. Acesso em: 4 nov. 2025.

MOREIRA, Maria Elisa Rodrigues. *Memória e violência*: sutis cicatrizes na narrativa de Alejandro Zambra. In: CARDOSO, Rosane Maria et al. Espaços de Memória na Literatura Espanhola e Hispano-Americana. 1. ed. Campinas: Pontes Editores, 2020. p. 277-297.

PAIVA, Marcelo Rubens. *Ainda estou aqui*. 1. ed. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2015.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. Alain François et. al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RICUPERO, Bernardo. *O que foi o 8 de janeiro?* Jornal da USP, São Paulo, 8 jan. 2024. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/o-que-foi-o-8-de-janeiro/>. Acesso em: 19 out. 2025.

ROCHA, Nátili Conceição Lima. *Memórias desdobradas*: o caráter autobiográfico em Ainda estou aqui de Marcelo Rubens Paiva. 2021. 113 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual do Piauí, Teresina, 2021.

TERRA. SP. *Marcha ‘em defesa da liberdade’ pede volta dos militares ao poder*. 10 jul. 2013. Disponível em:  
<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/sp-marcha-em-defesa-da-liberdade-pede-volta-dos-militares-ao-poder,e5d130a67cacf310VgnVCM4000009bcceb0aRCRD.html>. Acesso em: 12/11/2025.

Recebido em 31/10/2025

Aceito em 23/12/2025